



## **O MITO DO AMOR MATERNO NA SOCIEDADE PATRIARCAL DO BRASIL: SER OU NÃO SER MÃE (EIS A QUESTÃO!?)<sup>1</sup>**

The myth of maternal love in Brazil's patriarchal society: To be or not to be a mother  
(that is the question!?)

**Geovana Maciel da Fonseca<sup>2</sup>**

**Luana Máira Moura de Almeida<sup>3</sup>**

**Resumo:** Quando a temática da imposição de comportamentos e vivências às mulheres ganha espaço, percebe-se que a maternidade e a família se tornam sensíveis, pois a principal expectativa da sociedade patriarcalista, que pode ser vista, inclusive, como uma articulação para mantê-la no âmbito privado, é que a mulher exerça o papel de ser mãe, exercendo um cuidado e devoção à prole tal, que as mantenham reclusas a esse ambiente doméstico. Diante disso, a presente pesquisa busca levantar questões de como a escolha de ser ou não ser mãe está atrelada à conveniência do mito do amor, o qual impõe como precípua a naturalização da maternidade, enquanto papel social da mulher e de uma forma de ser mãe, mesmo importando para a construção da biografia do ser a parentalidade ou os cuidados que podem ser exercidos por qualquer dos sexos. Em torno disso, no ideário social a mulher se completa quando se torna mãe, impedindo que haja espaço para a escolha. Assim, tem-se o seguinte questionamento: de que modo o mito do amor materno contribui para uma verdadeira violação do direito à liberdade e autodeterminação das mulheres se a maternidade se impõe enquanto destino certo e não enquanto escolha? Para desenvolver esse tópico, utiliza-se da metodologia de pesquisa bibliográfica, sendo método de abordagem o hipotético-dedutivo e a técnica de pesquisa indireta.

**Palavras-chave:** Maternidade. Patriarcado. Mito do amor materno. Direito de escolha.

**Abstract:** When the subject of imposing behaviors and experiences on women gains ground, it is clear that motherhood and the family become sensitive, since the main expectation of patriarchal society, which can even be seen as a way of keeping it private, is that women should play the role of mother, exercising such care and devotion to their offspring that they remain confined to the domestic environment. In view of this, this research seeks to raise questions about how the choice to be or not to be a mother is linked to the convenience of the

---

<sup>1</sup> Este capítulo foi extraído da monografia escrita pela autora, a qual é orientada pela coautora.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus de Santo Ângelo. E-mail: geovanafonseca@aluno.santoangelo.uri.br

<sup>3</sup> Professora Mestre em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus de Santo Ângelo. E-mail: luana.mmalmeida@san.uri.br



myth of love, which imposes the naturalization of motherhood as a social role for women and a way of being a mother, even though parenting or caregiving, which can be carried out by either sex, is important for the construction of the being's biography. As a result, the social idea is that a woman is complete when she becomes a mother, preventing room for choice. This raises the following question: how does the myth of maternal love contribute to a real violation of women's right to freedom and self-determination if motherhood is imposed as a certain destiny and not as a choice? To develop this topic, bibliographic research methodology is used, with the hypothetical-deductive method of approach and the indirect research technique.

**Keywords:** Motherhood. Patriarchy. Myth of maternal love. Right to choose.

## INTRODUÇÃO

Diferentes estudos sobre gênero e identidade destacam que os padrões dos seres humanos são adaptados a depender da sociedade e cultura a qual estão inseridos, que, em consequência, reflete em todo um sistema. Nesse sentido, os comportamentos de homens e mulheres, desde os primórdios, estiveram ligados nessa diversidade de contextos, os quais moldam valores, sentimentos e ideias, extrapolando, em muitos momentos, fatores biológicos e se tornando verdadeiras promoções de desigualdade de gênero.

Por esse ângulo, quando se analisa a imposição de vivências às mulheres, a reflexão sobre maternidade e família ganha espaço, haja vista que a principal expectativa, na sociedade patriarcal, é que a mulher exerça esse papel de mãe, atrelando sua realização, inclusive, ao casamento e à filiação. Dessa forma, mesmo com as novas concepções familiares e entendimentos do que realmente é família, as figuras maternas devem se organizar, dedicando toda sua capacidade em torno da criação da prole, independentemente se sozinhas ou não, dentro de suas singularidades.

Diante disso, ao pensar na realidade brasileira, a presente pesquisa busca proporcionar reflexões de como a escolha de ser ou não ser mãe está entrelaçada ao mito do amor materno, o qual determina a naturalização e imposição da maternidade enquanto papel social intrínseco da mulher.



Para isso, o questionamento central é: de que modo o mito do amor materno contribui para uma verdadeira violação do direito à liberdade e autodeterminação das mulheres se a maternidade se impõe enquanto destino certo e não enquanto escolha? Para esclarecer essa questão, utiliza-se da metodologia de pesquisa bibliográfica, com método de abordagem o hipotético-dedutivo e a técnica de pesquisa indireta.

Assim, o trabalho divide-se em dois momentos: inicialmente são procedidas considerações relativas a maternidade e como esse fenômeno é visto enquanto um destino natural das mulheres na sociedade patriarcal e, em um segundo momento, em maior propriedade, maior propriedade, como o mito do amor materno influencia na escolha do exercício da maternidade.

## **DA MATERNIDADE ENQUANTO DESTINO NATURAL NA SOCIEDADE PATRIARCAL À MATERNIDADE COMO ESCOLHA**

A representação social do que é a maternidade foi sendo adaptada a cada época, sofrendo influências diretas da cultura e do momento histórico. Mesmo dessa forma, a maternidade sempre foi uma questão – e pelo que parece continuará sendo – a qual as mulheres se dedicam a refletir em algum momento de suas vidas, a fim de entender diferentes complexidades que envolvem esse fenômeno como sendo uma escolha ou uma cobrança.

Nessa nuance, a estrutura patriarcal, fortemente arraigada, impõe que a manutenção do núcleo familiar cabe, de modo quase exclusivo, às mulheres. São as mães que devem se dedicar aos cuidados dos filhos e zelar sempre pelo seu bem-estar, mesmo que para isso tenham que renunciar a suas vivências e subjetividades. Aliás, nessa estrutura, essa renúncia é esperada delas – as mães.

Enquanto o papel atribuído socialmente às mulheres-mães se construiu de forma compulsória, aparentemente o ser mãe tornou-se uma imposição atingindo mulheres de diferentes camadas sociais.



Em situação inversa à essa opressão, surge a maternidade como escolha, impulsionada pelos movimentos de lutas de mulheres, que buscam apresentar a maternidade vinda de uma análise muito pessoal e reflexiva – enquanto papel atribuído socialmente.

Antes de adentrar na temática, é necessário ter presente o conceito do que se entende por patriarcado. Nessa conjuntura, as ideias de Gerda Lerner introduzem de forma cristalina ao apontar que o patriarcado não se estabeleceu como um evento, mas sim em um longo processo durante o tempo, de quase 2.500 anos, que criou regras, definiu valores, costumes, leis e impôs papéis sociais.<sup>4</sup>

De tal forma, pode-se concluir que o “[...] sistema patriarcal se sedimenta a partir da construção de uma estrutura hierárquica e de poder que legitima, pela violência, a sobreposição dos direitos dos homens sob os direitos das mulheres [...]”.<sup>5</sup>

Com a conceituação, ficará claro compreender a naturalização da divisão de gênero, que será apresentada, mais adiante, ao longo do contexto histórico.

Primeiramente, importante considerar que a maternidade e sua representação social são modificadas a cada época, dependendo de fatores da sociedade e da própria cultura. Durante a Idade Média, a maternidade era considerada um mistério, Santos-Silva elenca sobre o entendimento da mulher ser como um “vaso” no qual o homem colocava a “semente”. A eles nada cabia saber sobre o parto, pois o momento de receio era vivenciado somente por mulheres.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019. p. 29.

<sup>5</sup> GIMENEZ, Charlise Paula Colet; DUTRA, Gabrielle Scola; ANGELIN, Rosângela. Marcas da cultura patriarcal na violência dos corpos femininos: Uma abordagem do Direito Fraternal por uma sociedade não (in) humana. **RELACult** – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S.l.], v. 5, ed. especial, maio 2019. p. 3.

<sup>6</sup> SANTOS-SILVA, Danielle de Oliveira dos. A Rainha Mãe: A Maternidade como fonte de Poder na Idade Média (séculos XIII a XV). *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 17., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016. p. 2.



Já nas sociedades rurais, como dita Scavone, "[...] a maternidade sempre foi assimilada à fecundidade da terra. As crianças apareciam como necessárias para o trabalho."<sup>7</sup> Aqui, é possível perceber o valor da maternidade para a economia.

À vista disso, Angela Davis desenvolve que nessa época, pelos meios de produção serem centrados nas casas e em terras cultiváveis, o lugar das mulheres era no lar, "[...] não apenas porque elas pariam e criavam as crianças ou porque atendiam às necessidades do marido [...]", mas sim porque a produção manufatureira caseira era importante e seu trabalho não era menos respeitado que o dos homens.<sup>8</sup>

Alguns séculos à frente, ainda dentro desse quesito de desenvolvimento econômico em torno da família, Oliveira compreende que a Revolução Industrial foi o período no qual se consolidou a relação da família enquanto núcleo, baseada no afeto e intimidade entre pais e filhos – superando o estigma de que os filhos eram concebidos apenas para o trabalho. Foi aqui que se acentuou “a figura feminina como ‘mulher-esposa’ e ‘mulher-mãe’, sendo a sua principal função social, a maternidade.”<sup>9</sup> Com isso, o olhar masculino hegemônico já impelia a atuação da mulher estritamente aos cuidados da casa e à maternidade, enquanto a força dos homens era dedicada ao trabalho e sustento do lar. Disso se percebe que às mulheres era reservado o espaço privado, enquanto que aos homens era resguardado o espaço público.

Assim, com o modelo imposto e o advento da ideologia da feminilidade, coube às mulheres atenderem às expectativas da sociedade patriarcal da época, aceitando o modelo esposa e mãe como ideais.

---

<sup>7</sup> SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. Interface – Comunic, Saúde, Educ, Botucatu, v. 5, n. 8, p. 47-60, 2001a. p. 49. Disponível em: <https://www.scielo.br/ij/icse/a/NzTkJJrXYGPHDZ3sQRbR9tc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2022.

<sup>8</sup> DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] – 1944. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 52.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Paula Barbosa de. **A Mulher Atual e a Representação a Maternidade**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica De Pernambuco, Recife, 2007. p. 12. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp131225.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.



Cumprе salientar, entretanto, que a dominação masculina se organiza de diferentes formas. “O homem tem, como espaço privilegiado de ação, o domínio 14 público [...] A mulher estaria restrita ao espaço doméstico. [...] constata-se que há atribuições distintas assumidas por homens e mulheres para que haja a reprodução social.”<sup>10</sup> A esfera doméstica destinada as mulheres limitava sua ascensão social e sua capacidade de definir o próprio futuro, sendo reduzida unicamente a condição de dona do lar.

Vale destacar a ideia desenvolvida por Beauvoir da imagem de a mulher permanecer submetida à vontade dos homens e à autoridade de um dono. “Em regime patriarcal, ela é a propriedade do pai que a casa a seu talante; presa ao lar do esposo, a seguir, ela se torna apenas a coisa dele e da gens em que foi introduzida.”<sup>11</sup> É evidente como a mulher foi rebaixada ao nível de coisa, permanecendo totalmente amarrada, pois, se quando jovem vivia sob égide do pai, na vida adulta, o marido a tinha como propriedade.

Para isso, é necessário entender que a sociedade patriarcal está estruturada para conferir poder dos homens sobre as mulheres. Como bem descrito por Angelin e Hahn a ideologia do patriarcado consegue ser capaz de ditar ações, comportamentos, intervir diretamente na economia e política, além de estender seus tentáculos nas esferas públicas e privadas, mas em especial, impor identidades totalmente estereotipadas para as mulheres.<sup>12</sup> Nesse sentido,

Quando pensamos a história das mulheres na sociedade a partir do século XVIII, percebemos que lhes foi ensinado manter um comportamento meigo e discreto. Suas oportunidades de aprendizado estavam ligadas especialmente

- 
- <sup>10</sup> PAIM, Heloisa Helena Salvatti. Marcas no corpo: gravidez e maternidade em grupos populares. In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; LEAL, Ondina Fachel (org.). **Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998. p. 35.
- <sup>11</sup> BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: Fatos e Mitos**. Trad. Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. p. 104.
- <sup>12</sup> ANGELIN, Rosângela; HAHN, Noli Bernardo. As Brumas da Democracia: Direitos Humanos e Movimentos Feministas diante de uma racionalidade descentrada e paradoxal. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, Lisboa, ano 4, n. 5, p. 1537-1564, 2018. p. 1539. Disponível em: [http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/5/2018\\_05\\_1537\\_1564.pdf](http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/5/2018_05_1537_1564.pdf). Acesso em: 8 nov. 2022.



a tarefas que envolviam o ato de cuidar. Atividades como costura, bordado e culinária eram valores ensinados às mulheres, os quais elas deveriam possuir para estarem 'prontas' para casar.<sup>13</sup>

Percebe-se que a dinâmica impôs malefícios, muitos quase que irreparáveis, à vida das mulheres, pois para cuidarem do lar e maternarem, tiveram de abdicar de atividades no meio social, como o trabalho remunerado, os estudos e direitos básicos, como o voto.

Um fato que merece destaque é de as mulheres negras não sofrerem os mesmos impactos do capitalismo industrial quando comparadas às mulheres brancas, Angela Davis reflete que as brancas eram donas de casa e estavam submissas como esposas/mães, enquanto as negras não tiveram como centro de sua vida as tarefas do lar e o cuidado dos filhos.<sup>14</sup>

A feminista relata que a exaltação da maternidade, popular no século XIX, não se estendia às mulheres em situação de escravidão. Aparentemente, aos olhos dos proprietários, essa categoria de mulheres não era realmente mãe, mas sim produtos ou objetos. Por muitos séculos as negras foram vistas como reprodutoras e não reconhecidas como mulheres-mães.<sup>15</sup>

Nesse ponto, retornando o foco às mulheres que se dedicavam a ser mães e cuidar da casa, a sociedade patriarcal impôs a compreensão de que o ser mãe estava além da condição biológica, mas entrelaçada com a realização de vida da mulher, um sonho que todas deveriam compartilhar: o desejo pela maternidade.

Era nesse meio que se desenvolviam as opressões, pois ao impor que ao sexo feminino cabia apenas a maternidade, invisibilizando seus desejos e impedindo sua ascensão social, mulheres tornaram-se dependentes de homens e expostas às mais diversas violências estruturais.

---

<sup>13</sup> OLIVEIRA, 2007, p. 17.

<sup>14</sup> DAVIS, 2016, p. 25-26.

<sup>15</sup> DAVIS, 2016, p. 25-26.



Dessa maneira, quando se reflete sobre a história da população feminina, percebe-se como a maternidade foi – e continua sendo – usada como instrumento de dominação masculina. Todavia, essa condição de opressão nunca foi aceita pelas mulheres. Como descreve Céli Pinto, em trecho retirado da Carta Política, lançada pelo Círculo da Mulher em Pais, no ano de 1976, “Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta.”<sup>16</sup>

No ponto, percebe-se como os movimentos feministas foram fundamentais para tratar de discussões envolvendo o sexo e livre desenvolvimento da sexualidade das mulheres. Nesse cenário, a compreensão de que a maternidade era uma imposição ganha espaço nas rodas de debates dos movimentos de mulheres, compreendendo que a maternidade “[...] confinaria as mulheres em uma bio-classe. Logo, a recusa da maternidade seria o primeiro caminho para subverter a dominação masculina e possibilitar que as mulheres buscassem uma identidade mais ampla.”<sup>17</sup>

Diante do grande impacto trazido pelos questionamentos do movimento feminista, juntamente com o avanço da contemporaneidade, a maternidade enquanto escolha passou a ser cogitada, devido ao avanço dos métodos contraceptivos e conceptivos, também chamados de Técnicas Reprodutivas (TR), foram essenciais para que a mulher pudesse romper com o inevitável destino da maternidade. Sob essa ótica de gênero, “[...] as mulheres podem – dentro dos limites de suas situações sociais –, mais do que nunca, escolher.”<sup>18</sup>

- 
- <sup>16</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. p. 17. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.
- <sup>17</sup> SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001b. p. 143. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/3wSKqcsySs8ZV4rHM63K8Lz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 out. 2022.
- <sup>18</sup> SCAVONE, 2001b, p. 143.





Como elencado por Mattar, “a formulação do conteúdo dos direitos reprodutivos teve início, pois, em um marco não-institucional, de desconstrução da maternidade como um dever, por meio da luta pelo direito ao aborto e anticoncepção em países desenvolvidos.”<sup>19</sup> Percebe-se como o reconhecimento jurídico de direitos foi essencial para o movimento das mulheres.

Atualmente, há o entendimento de que maternidade tardia está estritamente associada ao livre exercício do direito de escolha, tendo em vista que as mulheres conseguiram postergá-la em decorrência dos métodos contraceptivos.

À vista disso, ainda no século XIX, nasce o ideal de maternidade voluntária, após forte reivindicação feminista, fundado no controle da maternidade. Angela Davis entende que a “[...] escolha individual, métodos contraceptivos seguros, bem como abortos, quando necessários – é um pré-requisito fundamental para a emancipação das mulheres”, e assevera que o controle da natalidade é uma enorme vantagem para toda a população feminina.<sup>20</sup>

Cabe compreender que o debate sobre os diferentes empecilhos sofridos pelas mulheres-mães foi fundamental para a conquista do empoderamento feminino – mesmo que essa caminhada ainda seja longa – além de possibilitar modelos familiares que recusem a maternidade.

Em suma, com todo o exposto, é perceptível que, apesar de as mulheres passarem partes da história da sociedade como oprimidas pelo machismo e patriarcalismo, adequando-se a padrões impostos e tendo de aceitar a maternidade e família como únicas opções, a opressão e violência não conseguiram frear o levante feminino.

---

<sup>19</sup> MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. **Revista internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, ano 5, n. 8, p. 60-83, 2008. p. 63. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v5n8/v5n8a04.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

<sup>20</sup> DAVIS, 2016, p. 216.



Com a contemporaneidade, ao passo que o movimento feminista também avançava, foi possível constatar que a maternidade deixou de ser vista como destino natural das mulheres, mas aceito como uma escolha, ainda que esse processo esteja em constante evolução. Para tanto, é preciso ter presente questões que envolvem a conveniência do mito do amor materno, as quais são trazidas na próxima seção e finalizam a reflexão sobre essa temática tão sensível.

## **PARADOXOS ENVOLVENDO O MITO DO AMOR MATERNO**

A última parte desta pesquisa busca apresentar ideias e conceitos sobre o mito do amor materno, como essa crença generalizada age na sociedade patriarcal, afetando a vida das mulheres.

Como verificado anteriormente, o questionamento de ser mãe ou não ser não é um dilema atual, as mulheres, frente às imposições, sempre se questionaram se de fato deveriam e desejavam ser mães, mesmo que tal questão não fosse colocada no local de uma escolha, mas sim de imposição.

Nesse nuance, é possível verificar que o dito amor materno não é intrínseco das mulheres e nem faz parte de suas características biológicas, mas sim parte de uma grande determinação cultural. É conivente para a sociedade patriarcal acreditar que as mulheres são destinadas a serem mães amáveis e abnegadas. De igual maneira, a criação de papéis baseados na relação de poder, na ideia de submissão e inferioridade do feminino, continua a elevar a naturalização da condição de opressão das mulheres.

Destarte, ressaltando que se trata de uma construção social, Laura Gutman desenvolve que quando as mulheres constroem sua identidade confundindo o ser mãe com o ser mulher, entendem que é quase intolerável defender seus interesses pessoais, sobressaindo a função de exercer a maternidade, pois o ser maternal implica no amor incondicional e altruísta. Com isso, a autora questiona: “Como poderíamos nos permitir ganhar dinheiro, ter ambições financeiras, atribuir um preço



a nosso trabalho, reivindicar o que achamos justo e, pior ainda, desfrutar e usufruir do dinheiro ganho se isso atende a interesses pessoais?” Percebe-se como a mulher, submersa na opressão da sociedade, entende não haver sentido em possuir ambições além da maternidade, a autora retrata que ocorre “[...] uma quebra profunda da nossa identidade, construída ao longo de séculos em uma cultura na qual o homem circula no âmbito público e a mulher, no privado.”<sup>21</sup>

Um adendo as determinações de identidade biológica do sexo feminino, tais premissas dificilmente se esgotam e criam, cada vez mais, empecilhos para as mulheres, extrapolando o nível biológico e se tornando sérias desigualdades que moldam as relações humanas. Na visão da hierarquia masculina, o único papel das mulheres é de cuidado do lar, do marido, dos filhos e de manter-se na inferioridade, sob a alegação de que são mais frágeis, sendo esse um destino aceito e tolerado pelo preconceito.

Apesar dos grandes avanços proporcionados por essas questões e na luta contra a opressão que cerca esse grupo, ainda, na atualidade, “A mãe permanece a principal dispensadora de amor para o recém-nascido e o bebê. É a ela, ou a um substituto feminino, que está reservado o prazer ou o fardo de assumir esse primeiro corpo a corpo vital para a criança.”<sup>22</sup> A referida citação, mesmo datada dos anos de 1985, ainda é atual, pois a própria sociedade continua reforçando esse estereótipo de que sem filhos a mulher é incompleta.

Depreende-se que duzentos anos de ideologia materna foram responsáveis por impor às mães o dever de amar incondicionalmente o filho, apresentando, como se conhece hoje, o mito do amor materno. A autora Elisabeth Badinter afirma que a associação das palavras “amor” e “materno” promoveram a designação do

---

<sup>21</sup> GUTMAN, Laura. **A Maternidade e o Encontro com a Própria Sombra**. Trad. Luís Carlos Cabral e Mariana Laura Corullón. Rio de Janeiro: Best Seller, 2016. p. 229.

<sup>22</sup> BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 244.



sentimento, mas também a da mulher enquanto mãe, por se tratar, até mesmo, de um tema sagrado.<sup>23</sup>

Nesse tom, Heloísa Paim ressalta que, como a gravidez e a maternidade são temas antropológicamente relevantes, não se esgotando apenas em fatores biológicos, e influenciam toda a vida das mulheres, desde muito jovens.<sup>24</sup>

Da mesma forma, não se pode negar os danos trazidos as meninas e jovens vítimas das situações impostas pelo patriarcalismo, que acabam vivendo – ou sobrevivendo – dentro das determinações de gênero.

As palavras de Simone de Beauvoir retratam bem esse sofrimento: “Mulher antes da idade, ela conhece cedo demais os limites que essa especificação impõe ao ser humano; [...] A menina sobrecarregada de tarefas pode ser prematuramente escrava, condenada a uma existência sem alegria.”<sup>25</sup> É visível como a mulher é forjada para seguir seu destino tradicional de submissão ao lar e aos filhos.

Diante disso, a maternidade, produto da evolução e opressão social, é vista como inerente e necessária. Sem isso, é como se a mulher não conseguisse realizar a sua condição como sujeito nesse universo.

Aqui, evidencia-se como a maternidade acaba se impondo como uma identidade forçada e não uma experiência voluntária. Com esse objeto, os escritores Maria Lucia Homem e Contardo Calligaris bem debatem que a ideia do gênero, para além de caracteres sexuais do corpo, é uma imposição cultural, essa mesma imposição dita que o amor é natural, todavia, nem sempre a mãe sente um amor mágico “[...] que se instala imediatamente pela cria, por um bebê que é, rigorosamente, um estranho para ela, essa é uma construção radical e altamente biológica. Fora do corpo da mãe, o bebê é um outro.”<sup>26</sup>

---

<sup>23</sup> BADINTER, 1985, p. 9.

<sup>24</sup> PAIM, 1988, p. 35.

<sup>25</sup> BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: A Experiência Viva**. Trad. Sérgio Millet. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967. p. 27.

<sup>26</sup> HOMEM, Maria Lucia; CALLIGARIS, Contardo. **Coisa de menina?** Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo. Campinas: Papirus 7 Mares, 2019. p. 69.



Percebe-se que a indiferença materna não é um fator isolado, mas faz parte da própria vivência em torno da maternidade. Retornando ao século XVIII, a frieza dos pais, e principalmente da mãe, era vista como uma proteção aos seus próprios sentimentos, tendo em vista as altas taxas de mortalidade infantil da época. Inconscientemente, o desinteresse pelo bebê era tido como um instinto natural, pois havia grande risco do motivo de sua ternura e amor desaparecer, “[...] se a mãe se apegasse intensamente a cada um de seus bebês, sem dúvida morreria de dor.”<sup>27</sup>

A convicção de que “[...] a morte de um filho deixa uma marca indelével no coração da mãe” foi tardia e mais atual, sendo uma mentalidade inversa daquela que dominava séculos passados, com isso, para as mulheres essa perda é irreparável, “o fato de poder engendrar um outro nove meses mais tarde não anula a morte do precedente.”<sup>28</sup>

Como estudado por Badinter, fica mais claro compreender as diferentes maneiras que os filhos eram vistos no decorrer da história humana. Diante disso, quando se analisa a história da maternidade, não se encontram indícios de que o amor materno seja natural e, com isso,

[...] nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escape ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É ‘adicional’.<sup>29</sup>

Em complemento, nota-se que, além do sentimento ter um viés opressor, também está baseado no ideal social que traz pureza às mães, “o amor materno, por

---

<sup>27</sup> BADINTER, 1985, p. 57.

<sup>28</sup> BADINTER, 1985, p. 59.

<sup>29</sup> BADINTER, 1985, p. 266.



sua vez, constitui-se numa das mais delicadas facetas no entendimento da ideologia em relação à mulher-mãe, pois para ele converge a dimensão santificada atribuída à maternidade.”<sup>30</sup> Assim, sendo propagado como imutável e sagrado, as mulheres pouco ousam pensar na sua ausência, tentando camuflá-la a todo custo.

De igual modo, a opressão atingia também aquelas que optavam por ser mães, pois aquela mulher-mãe que não sentia esse “adicional” do amor materno, pouco nutria sentimentos pelo filho, se via culpada, devido a dois motivos: por não estar gozando e aproveitando ao máximo a maior realização de sua existência e por não amar o filho incondicionalmente, o que seria um grande pecado.<sup>31</sup> Ou seja, a mulher-mãe fica totalmente presa à função de criadora.

Nesse quadro, a mãe, que seria um modelo produzido em série, deve seguir a ideologia imposta, ou seja, caso não tenha filhos, está em falta com seu ser, pois não seguiu sua própria função biológica. Para aquelas mulheres que, mesmo exercendo atividades complexas e diferenciadas, a maternidade ainda continua se caracterizando como algo sublime de suas vidas.<sup>32</sup> Então, não ter filhos é como uma grave transgressão às leis do próprio corpo.

É importante frisar, contudo, que é absolutamente possível que se estabeleça uma relação de amor profunda e incondicional entre uma mãe e seu filho. É ideal e esperado que isso aconteça, culturalmente, inclusive, mas genuinamente possível. Muitas mulheres revelam que a maternidade foi/é o amor mais transformador, profundo e sublime já experimentado. A presente seção não tem o intuito de negar o amor materno, apenas compreendê-lo enquanto contingencial e não dependente, necessariamente, do elo biológico, da gestação ou do ato de parir, mas de uma série de fatores que não o determinam enquanto uma certeza, mas uma possibilidade.

---

<sup>30</sup> GRISCI, Carmen Lígia lochins. Mulher - mãe. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 15, p. 12-17, 1995. p. 16. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/T64GrL64VtwGtRtKQRtkZ9j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2023.

<sup>31</sup> HOMEM; CALLIGARIS, 2019, p. 72.

<sup>32</sup> GRISCI, 1995, p. 16.



Isto posto, ao analisar como o mito materno se apresenta e como essa construção social acarreta danos à própria existência das mulheres, são perceptíveis os embates que mulheres tiveram de enfrentar para conquistar a desmistificação dos padrões de gênero. Mesmo com os avanços, é cristalino compreender que a luta das mulheres não se esgota. Mesmo ao desejar a maternidade, as mulheres enfrentarão diferentes embates contra uma sociedade que não está preparada para o cuidado de crianças, todavia, aquela que opta por não ser mãe, estará fadada ao julgamento estar indo contra ao seu próprio destino e não exercer o esperado da sua principal característica biológica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os estudos acerca das diferentes composições familiares revelam aspectos que evidenciam como o fenômeno da maternidade é visto pela sociedade. Dessa forma, as mulheres se dedicam a pensar nesse acontecimento atemporal, em algum período de suas vidas, compreendendo as complexidades que envolvem a maternidade, a compreensão social sobre o papel social da mulher mãe é variável e cheio de intenções na sociedade patriarcal.

Ao longo da pesquisa, a fim de responder o questionamento central, percebe-se que, desde longínquos tempos, as mulheres vivenciaram diversas opressões em decorrência do gênero, que frearam sua evolução social e impediram a plena concretização de alguns direitos fundamentais.

Cabe destacar que tal papel social se construiu de forma compulsória, a fim de as manter reclusas ao ambiente doméstico, enquanto aos homens era destinado o espaço público, detendo a hegemonia masculina nas relações de poder. Com todo o exposto, conclui-se que idealização da maternidade, ocasionando o mito do amor materno, impulsiona e legitima uma verdadeira violação aos direitos das mulheres.

Contudo, não restam dúvidas que para solucionar as problemáticas é fundamental uma luta constante contra as mazelas do patriarcado, a fim de



proporcionar que as individualidades das mulheres possam ser construídas de forma plena.

## REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela; HAHN, Noli Bernardo. As Brumas da Democracia: Direitos Humanos e Movimentos Feministas diante de uma racionalidade descentrada e paradoxal. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, Lisboa, ano 4, n. 5, p. 1537-1564, 2018. Disponível em:

[http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/5/2018\\_05\\_1537\\_1564.pdf](http://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/5/2018_05_1537_1564.pdf). Acesso em: 8 nov. 2022.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: A Experiência Vivida**. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: Fatos e Mitos**. Trad. Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] – 1944. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GIMENEZ, Charlise Paula Colet; DUTRA, Gabrielle Scola; ANGELIN, Rosângela. Marcas da cultura patriarcal na violência dos corpos femininos: Uma abordagem do Direito Fraternal por uma sociedade não (in) humana. **RELACult** – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [S.l.], v. 5, ed. especial, maio 2019.

GRISCI, Carmen Lígia Iochins. Mulher - mãe. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, v. 15, p. 12-17, 1995. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/T64GrL64VtwGtRtKQRtkZ9j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2023.

GUTMAN, Laura. **A Maternidade e o Encontro com a Própria Sombra**. Trad. Luís Carlos Cabral e Mariana Laura Corullón. Rio de Janeiro: Best Seller, 2016.

HOMEM, Maria Lucia; CALLIGARIS, Contardo. **Coisa de menina? Uma conversa sobre gênero, sexualidade, maternidade e feminismo**. Campinas: Papyrus 7 Mares, 2019.



VIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE  
**GÊNERO E RELIGIÃO**  
LIBERDADE - IDENTIDADE - CRITICIDADE



LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais – uma análise comparativa com os direitos reprodutivos. **Revista internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, ano 5, n. 8, p. 60-83, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v5n8/v5n8a04.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

OLIVEIRA, Paula Barbosa de. **A Mulher Atual e a Representação a Maternidade**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica De Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp131225.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

PAIM, Heloisa Helena Salvatti. Marcas no corpo: gravidez e maternidade em grupos populares. *In*: DUARTE, Luiz Fernando Dias; LEAL, Ondina Fachel (org.). **Doença, sofrimento, perturbação**: perspectivas etnográficas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

SANTOS-SILVA, Danielle de Oliveira dos. A Rainha Mãe: A Maternidade como fonte de Poder na Idade Média (séculos XIII a XV). *In*: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 17., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2016.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/3wSKqcsySs8ZV4rHM63K8Lz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 out. 2022.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface – Comunic, Saúde, Educ, Botucatu*, v. 5, n. 8, p. 47-60, 2001a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/NzTkJJrXYGPHDZ3sQRbR9tc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 out. 2022.